

ELEVADA À CATEGORIA DE ERRO

Frank Thomas Sautter¹
 Departamento de Filosofia
 Universidade Federal de Santa Maria
 Campus Universitário, km 9, Camobi
 97105-900 Santa Maria-RS, Brasil
 sautter@terra.com.br

ABSTRACT: I examine the concept of argumentation and its practical consequences in the work of the Christian apologist C.S. Lewis.

KEY-WORDS: C. S. Lewis, argumentation, rhetoric, Hume's Law, bulverism, chronological snobbery.

1. INTRODUÇÃO

- Lógica! – disse o professor para si mesmo.
 Por que não ensinam mais lógica nas escolas?
 C. S. Lewis em “O leão, a feiticeira e o guarda-roupa”.

“Elevada à categoria de erro”: Clive Staples Lewis (1898-1963) ou, simplesmente, Jack, assim caracterizou o que melhor poderia sobreviver a uma observação dirigida a William Thompson Kirkpatrick (1848-1921) ou, simplesmente, Knock (Embate), seu primeiro mestre na arte de argumentar. Noutro extremo, o pior que poderia sobreviver seria ser interrompido por se tratar de uma “torrente verborrágica que não mais podia ser tolerada” (Lewis, 1998, p. 141), sendo essa intolerância relacionada ao obscurecimento da discussão, mais do que ao esgotamento da paciência. Essa atitude é diametralmente oposta à preconizada como estratégia argumentativa por Arthur Schopenhauer (1788-1860) – “assustar e desconcertar o adversário com um palavreado sem sentido” (Schopenhauer, 2001, p. 72) – que cita, em seu apoio, uma passagem do Fausto de Goethe – “Geralmente, quando ouve apenas palavras, o homem crê / que nelas também deve haver algo para ser pensado” (*apud* Schopenhauer, 2001, p. 72)². Essas atitudes diametralmente opostas estão relacionadas aos diferentes objetivos visados na argumentação. Utilizando a terminologia de Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996, p. 29 ss.), pode-se dizer que Knock e Jack visam convencer, enquanto que Schopenhauer visa persuadir. O estado da arte em Teoria da Argumentação (Lógica Informal) identifica muitas outras formas de diálogo além dessas duas cujo objetivo é o convencimento, por parte daquela, e a persuasão, por parte dessa; essas outras formas de diálogo podem variar não apenas quanto ao objetivo visado, mas também quanto ao método empregado (Walton, 2006, p. 13).

¹ O presente trabalho foi realizado com o apoio da CAPES, entidade do Governo Brasileiro voltada para a formação de recursos humanos.

² Cf. Parte I, Cena VI: Na cozinha da bruxa. Quem enuncia estas palavras é Mefistófeles.

Nenhuma concessão à falta de rigor: essa a lição inicial aprendida pelo jovem Jack. Muitas outras lições seguiram-se, algumas das quais receberam um tratamento teórico do próprio Jack. Na seqüência, compilarei oito lições marcantes extraídas da atividade argumentativa de Jack: 1^a) o caráter público da argumentação, 2^a) seu caráter não-episódico, 3^a) os cuidados com a eventual disparidade entre as linguagens do retor e do auditório, 4^a) o contraste entre *logos* e *pathos*, 5^a) o contraste entre fatos e valores, 6^a) bulverismo, ou o contraste entre razões, motivos e causas, 7^a) o ataque ao esnobismo cronológico e 8^a) os efeitos contrastantes da existência e da ausência de argumentos.

O objetivo do trabalho é mostrar que C. S. Lewis, conhecido por seu talento no exercício da argumentação, também foi um teórico importante do processo argumentativo, por vezes destacando aspectos da argumentação que raramente são abordados por outros pensadores.

2. CARÁTER PÚBLICO DA ARGUMENTAÇÃO

Embora não tenha sido seu fundador, Jack presidiu o Clube Socrático de Oxford, uma arena dedicada ao debate público e argumentativo dos prós e contras da religião cristã, de 1942 até 1954, totalizando mais de duzentas reuniões. O moto do Clube Socrático de Oxford, relacionado ao espírito com o qual as reuniões eram conduzidas, foi emprestado da seguinte passagem da República de Platão: “Teremos de caminhar para onde soprar a brisa do argumento.” (Platão, 2000, p.149)³ Uma concepção muito semelhante, mas sem a mesma expressão metafórica, encontramos numa carta de Gottlob Frege (1848-1925) dirigida a Ludwig Wittgenstein (1889-1951), datada de 30/09/1919, na qual Frege escreve: “Deve-se ter a coragem para lidar, desde o início, com as consequências.” (Frege, 2006)

Num ensaio dedicado a esclarecer as circunstâncias do surgimento do Clube Socrático de Oxford e a base do seu funcionamento, Jack destaca duas virtudes do debate público argumentativo.

A primeira virtude, diretamente relacionada ao moto do Clube Socrático de Oxford, destaca a neutralidade da argumentação em oposição à tendenciosidade dos argumentadores: “Nós nunca afirmamos ser imparciais. Mas o argumento é. Ele tem uma vida própria. Nenhum homem pode dizer onde ele irá levá-lo. Nós nos expomos, e o mais frágil de nosso partido, ao seu fogo, não menos que vocês são expostos.” (Lewis, 1970b, p. 128)

A segunda virtude concerne aos efeitos benéficos da argumentação, em face da sua neutralidade. Jack a apresenta sob a forma do correspondente vício:

Em qualquer comunidade razoavelmente grande e loquaz como uma universidade há sempre o perigo de que os que pensam do mesmo modo venham a gravitar juntos em *coteries* onde, doravante, encontrarão oposição somente sob a forma degenerada de rumor que os de fora dizem isso ou aquilo. O ausente é facilmente refutado, o dogmatismo complacente se desenvolve, e as diferenças de opinião são amarguradas pela hostilidade do grupo. Cada grupo escuta não o melhor, mas o pior, que o outro grupo pode dizer (Lewis, 1970b, p. 127).

³ 394d.

Em particular, a respeito desses efeitos benéficos da argumentação sobre os contendores do Clube Socrático de Oxford, Jack afirmou: “Nós, do partido cristão, descobrimos que o peso do ataque cético nem sempre vinha de onde o esperávamos; nossos oponentes tiveram de corrigir o que nos pareceu sua quase incompreensível ignorância da Fé que eles supunham a si mesmos estar rejeitando.” (Lewis, 1970b, p. 127)

Mediação neutra e entalpia cognitiva como efeitos do debate público argumentativo: eis o resumo dessa primeira lição.

3. CARÁTER NÃO-EPISÓDICO DA ARGUMENTAÇÃO

A argumentação deve ser uma prática constante, quando nos convém, mas, também, quando aparentemente não nos convém. Este preceito, talvez o mais básico de todos, é, por esta mesma razão, possivelmente o mais facilmente ignorado no processo de teorização da prática argumentativa. O apologista Jack frequentemente atribui ao Maléfico a prática inconstante da argumentação. Encontramos um exemplo disso na ficção científica “Perelandra” (Lewis, s/d), a segunda de uma trilogia, na qual Jack reconta o mito da queda do homem. Ransom, o *alter ego* de Jack, enfrenta o endemoniado Weston. A certa altura dos acontecimentos, aproximando-se o momento decisivo do embate final, o narrador descreve da seguinte maneira os sentimentos de Ransom acerca do “Não homem” que se apoderou de Weston:

Mostrava muita sutileza e inteligência quando falava com a Dama [a Eva venusiana]; mas Ransom cedo percebeu que ele considerava a inteligência única e simplesmente como uma arma, que não tinha mais desejo de utilizar nas horas de folga do que um soldado tem de fazer exercícios de baioneta quando está de licença. O pensamento era para ele um engenho necessário para determinados fins, mas o pensamento em si mesmo não lhe interessava. Assumia a razão de uma forma tão exterior e inorgânica como assumira o corpo de Weston. No instante em que a Dama desaparecia da vista, parecia recair (Lewis, s/d, p. 112).

Na obra “Cartas de um diabo a seu aprendiz” (Lewis, 2005b), há um segundo exemplo da rejeição deste preceito por parte do Maléfico; o diabo Fitafuso narra a seguinte experiência pessoal ao seu sobrinho e aprendiz Vermebile:

Certa vez tive um paciente, um ateu convicto, que tinha o hábito de ler no Museu Britânico. Certo dia, enquanto lia, vi que em sua mente um pensamento tentava levá-lo para o caminho errado. O Inimigo, é claro, estava ao seu lado nesse momento. Num piscar de olhos, vi todo o trabalho que me tomou vinte anos começar a ruir. Se tivesse perdido a cabeça e tentado ganhar pela argumentação, talvez tivesse sido derrotado. Mas não fui tão estúpido. Imediatamente ataquei a parte do homem que melhor controlava – sugeri que estava na hora de almoçar. (Lewis, 2005b, p. 3)

A moral da história, para Jack, é a mesma, tanto num caso como no outro: a constância no exercício da argumentação é um componente ético da mesma.

4. DIPARIDADE ENTRE AS LINGUAGENS DE RETOR E AUDITÓRIO

O ensaio ‘Apologética cristã’ (Lewis, 1970a) é a transcrição de uma aula de retórica fornecida por Jack em 1945. Nele, ele chama a atenção para um tema permanente de discussão na retórica: a disparidade entre as linguagens do retor e do auditório. Ele utiliza uma série de exemplos de termos teológicos frequentemente empregados, alguns dos quais também habitualmente empregados no meio filosófico, e contrasta seu significado técnico com seu significado cotidiano. Cito dois desses termos, a título de ilustração:

SER (Nome) Nunca significa meramente ‘entidade’ na linguagem popular. Frequentemente significa o que poderíamos denominar ‘ser pessoal’ (e.g. um homem me disse ‘Acredito no Espírito Santo, mas não penso que Ele seja um ser!’) (Lewis, 1970a, p. 97).

VULGARIDADE. Usualmente significa obscenidade ou ‘sujo’. Há graves confusões (e não somente nas mentes incultas) entre: (a) O obsceno ou lascivo: o que é calculado para provocar lascívia. (b) O indecoroso: o que é ofensivo ao bom gosto ou decência. (c) o propriamente vulgar: o que é socialmente ‘baixo’. ‘Boas’ pessoas tendem a pensar que (b) é tão pecaminoso quanto (a), enquanto que outras sentem que (a) é tão inocente quanto (b) (Lewis, 1970a, p. 98).

Porém, é no apêndice ‘Fitafuso propõe um brinde’ às ‘Cartas de um diabo a seu aprendiz’ (Lewis, 2005b) que essa diferença dos significados das palavras, sob forma de manipulação, encontra sua mais contundente expressão. Através do discurso de Fitafuso, Jack é incisivo na crítica ao uso retórico, ainda vivo em nossos dias, do termo ‘democracia’:

Jamais lhes ocorrerá que *Democracia* é, na verdade, o nome de um sistema político, diríamos até mesmo um sistema de votação, e que isso tem uma ligação muito tênue e remota com o que vocês estão tentando vender-lhes. E eles também não devem, é claro, jamais levantar aquela questão aristotélica: se o “comportamento democrático” significa o comportamento que as democracias apreciam ou o comportamento que irá preservar a democracia. Pois, se chegassem a pensar nesses termos, provavelmente pensariam que as duas coisas não precisavam ser iguais (Lewis, 2005b, p. 188).

Jack, na fala de Fitafuso, passa, então, a esclarecer em que consiste esse uso retórico:

[Democracia] É um nome que veneram. E está ligado, é claro, com aquele ideal político, o de que todos os homens devem receber o mesmo tratamento. Vocês deverão então fazer uma furtiva transição em suas mentes desse ideal político para a crença factual de que todos os homens *são* iguais, principalmente os homens com quem vocês estiverem lidando. (Lewis, 2005b, p. 189)

Jack encontra exemplos concretos desse giro retórico em várias situações cotidianas. Um exemplo, que não teremos maiores dificuldades para identificar em alguns setores da educação brasileira, é o seguinte:

O princípio básico da nova educação é que os alunos lentos e vagabundos não devem sentir-se inferiores aos alunos inteligentes e esforçados. Isso seria “anti-democrático”. Essas diferenças entre os alunos [...] precisam ser disfarçadas. [...] Nas universidades, as provas devem ser elaboradas de tal forma que quase todos os alunos consigam boas notas. Os vestibulares devem ser feitos para que todos ou quase todos os cidadãos possam entrar nas universidades, quer tenham a capacidade (ou o desejo) de se beneficiarem com uma educação superior, quer não. (Lewis, 2005b, p. 195)

O resumo desta lição é o seguinte: conheça seu auditório, fale a sua língua ou, se houver necessidade de divergir sobre o significado dos termos empregados, esclareça-os.

5. CONTRASTE ENTRE *LOGOS* E *PATHOS*

Na controvérsia sobre as relações entre razão, fé, emoção e imaginação, Jack afirma:

Não é a razão que me faz perder a fé: pelo contrário, minha fé é baseada na razão. São, isto sim, a imaginação e as emoções. A batalha se dá entre a fé e a razão, de um lado, e as emoções e a imaginação, de outro (Lewis, 2005c, pp. 185-186).

Essa concepção das relações entre razão e emoção é reforçada na seguinte passagem:

Nenhuma emoção é, em si mesma, um julgamento; nesse sentido, todas as emoções e sentimentos são alógicos. Mas eles podem ser razoáveis ou irrazoáveis na medida em que se conformam à Razão ou não conseguem conformar-se. O coração nunca toma o lugar da cabeça, mas ele pode, e deve, obedecer-lhe (Lewis, 2005a, pp. 17-18).

Essa concepção que, no campo da religião, traduzir-se-á numa postura antifideísta não impede Jack de destacar o papel das emoções em circunstâncias apropriadas:

Numa batalha não são os silogismos que vão manter os relutantes nervos e músculos em seus postos na terceira hora do bombardeio (Lewis, 2005a, p. 22).

Quanto à relação entre razão e imaginação, Jack estabelece a seguinte tricotomia:

Temos agora diante de nós três princípios de orientação. (1) O pensamento é distinto da imaginação que o acompanha. (2) O pensamento pode ser acertado em sua maior parte mesmo quando as imagens falsas que o acompanham são tidas como verdadeiras. (3) Que quem quer que fale sobre coisas que não podem ser vistas, tocadas ou ouvidas, ou outras semelhantes, deve inevitavelmente falar como *se elas pudessem* ser vistas, tocadas ou ouvidas [...] (Lewis, 1984, p. 68).

O primeiro “princípio de orientação”, Jack o ilustra do seguinte modo:

Ou, se dissermos que o Sol está a uma distância de cerca de 145 milhões de quilômetros, compreendemos perfeitamente o significado desse número; podemos dividi-lo e multiplicá-lo por outros e podemos calcular quanto tempo levaria para percorrer essa distância a uma dada velocidade. Mas *este raciocínio* claro é acompanhado de *imaginação*, sendo esta absolutamente falsa em relação àquilo que sabemos ser a realidade (Lewis, 1984, p. 66).

Quanto ao segundo “princípio de orientação”, Jack fornece o seguinte exemplo:

Fica claro que essa menina ao pensar em veneno tinha uma imagem mental de Coisas Vermelhas Horríveis, [...] Nesse respeito estava enganada. Mas isto não indica que tudo o que pensava e dizia sobre o veneno era necessariamente sem sentido [...] o pensamento pode ser acertado em alguns respeitos quando acompanhado não só por falsas imagens, mas também por falsas imagens tidas como verdadeiras (Lewis, 1984, p. 67),

Finalmente, em relação ao terceiro “princípio de orientação”, Jack destaca que na Filosofia, como em outras áreas semelhantes em método ou temática, deve-se necessariamente fazer uso da linguagem figurada porque “toda conversa sobre supersensíveis é, e deve ser, metafórica no mais elevado grau” (Lewis, 1984, p. 68).

Certamente, quanto a esta lição, as teses de Jack não são uma unanimidade.

6. CONTRASTE ENTRE FATOS E VALORES

A tese segundo a qual um dever ser não pode resultar de um ser ou, dito de outro modo, a tese segundo a qual questões sobre valores não podem resultar de questões factuais, usual e possivelmente erroneamente atribuída a David Hume (1711-1776) devido a uma passagem que se encontra no término da Seção I, Parte I, Livro III do “Tratado da natureza humana” (Hume, 2000, p. 509), encontra sua melhor e mais ampla expressão em Jack na obra “A abolição do homem” (Lewis, 2005a). Nessa obra Jack visa o apoio à doutrina da existência de valores morais objetivos. Ele a denomina de “Tao” (Lewis, 2005a, p. 16), e, como faz questão de destacar ao final da obra, não acredita que sua validade possa ser deduzida (Lewis, 2005a, p. 79). Essa ausência de dedutibilidade, ele a justifica recorrendo a argumentos parecidos aos fornecidos pelo jusfilósofo Herbert Hart (1907-1994) para a rejeição do ponto de vista externo e sua substituição pelo ponto de vista interno na compreensão do fenômeno jurídico (Hart, 1996, p. 99ss.)⁴. O ponto importante para a temática aqui desenvolvida é a explicitação de formulações negativa e positiva da Lei de Hume. Uma formulação negativa da Lei de Hume encontra sua expressão na seguinte passagem na qual Jack discute se o egoísmo é mais racional que o sacrifício, ou vice-versa:

Nenhuma das duas opções é racional – ou irracional – de maneira nenhuma. De proposições retiradas somente de fatos não é jamais possível tirar nenhuma con-

⁴ Cf. Lewis (2005a, p. 47): “Somente aqueles que praticam o *Tao* poderão compreendê-lo”.

clusão *prática*. A enunciação *A preservação da sociedade depende disso* não pode levar ao imperativo *faça isso*, [...] (Lewis, 2005a, p. 29).

Na continuação dessa passagem, Jack fornece a seguinte expressão positiva da Lei de Hume:

A enunciação *A preservação da sociedade depende disso* não pode levar ao imperativo *faça isso*, exceto se for mediada por outra enunciação, qual seja: *a sociedade deve ser preservada*. Da mesma forma, *Isso irá custar a sua vida* não pode levar diretamente a *não faça isso*: somente pelo intermédio de um desejo ou por um reconhecido dever de autopreservação (Lewis, 2005a, pp. 29-30).

Noutra passagem ele repete as mesmas teses: “É o velho dilema. Ou as premissas já traziam em si um imperativo, ou a conclusão segue sendo meramente um indicativo.” (Lewis, 2005a, p. 35) Ou seja, a racionalidade no campo prático é possível, mas apenas uma racionalidade prática. Novamente, quanto a esta lição, as teses de Jack não são unanimidades, embora predominem.

7. BULVERISMO

A distinção entre razão, motivo e causa é, hoje em dia, lugar comum, embora nem sempre respeitada na prática argumentativa. Um exemplo da sua aplicação no ambiente acadêmico é, por exemplo, encontrada numa obra de teologia filosófica de autoria de Anthony Kenny. Ele distingue ao menos os seguintes modos segundo os quais a crença na existência de Deus pode ser alcançada: “pode-se acreditar nela na base de uma prova [razão], ou porque foi ensinado a acreditar nela na Escola Dominical [causa], ou porque um mundo sem Deus é muito terrível para ser contemplado [motivo].” (Kenny, 1983, p. 2) Jack dedica o ensaio “Bulverismo” ou o fundamento do pensamento do século 20’ (Lewis, 1970c) a uma crítica ácida, ao estilo de Karl Popper, à psicanálise e ao marxismo, utilizando, como fio condutor, essa distinção. Ele utiliza o neologismo ‘bulverismo’ para caracterizar a falha argumentativa decorrente da confusão entre razão, motivo e causa:

Em outras palavras, você precisa mostrar *que* um homem está errado antes de começar a explicar *por que* ele está errado. O método moderno é supor, sem discussão, *que* ele está errado e, então, distrair sua atenção disto (a única questão real) ao diligentemente explicar como ele tornou-se tão tolo. No curso dos últimos quinze anos achei esse vício tão comum que inventei um nome para ele. Chamei-o Bulverismo. Algum dia escreverei a biografia desse inventor imaginário, Ezekiel Bulver, cujo destino foi determinado aos cinco anos, quando escutou sua mãe dizer a seu pai – que sustentava que dois lados de um triângulo são maiores que o terceiro – ‘Ora, você diz isso *porque é homem*.’ ‘Nesse momento’, E. Bulver nos assegura, ‘lampejou pela minha mente aberta a grande verdade que a refutação não é uma parte necessária do argumento. Assuma que seu oponente está errado, e então explique seu erro, e o mundo estará a seus pés. Tente provar que ele está errado ou (o que é pior) tente verificar se ele está errado ou certo, e o dinamismo nacional de nossa época o arremessará ao chão.’ (Lewis, 1970c, p. 273).

Noutra passagem, essa falha argumentativa – o bulverismo – é descrita como uma acusação de permanente confusão de razões com causas por parte do oponente, enquanto que o proponente não comete tal confusão:

Todas as crenças têm causas, mas uma distinção deve ser feita entre (1) causas ordinárias e (2) um tipo especial de causa denominado ‘uma razão’. Causas são eventos não mentais que podem produzir outros resultados além de crenças. Razões surgem de axiomas e inferências e afetam somente as crenças. Bulverismo tenta mostrar que a outra pessoa tem causas e não razões, e que nós temos razões e não causas (Lewis, 1970c, p. 275).

A lição a ser aprendida aqui é que se você quer argumentar, argumente com os componentes adequados – as razões.

8. ESNOBISMO CRONOLÓGICO

As teses sustentadas por Jack são démodé para a sua época assim como o são para a nossa. Essa característica – ser fora de moda – tem, em muitos casos, um peso decisivo na argumentação, fazendo o componente *pathos* prevalecer sobre o componente *logos*. Na passagem abaixo Jack nomeia “esnobismo cronológico” à dificuldade produzida por tal característica e a rejeita nos seguintes termos:

[...] ele [Owen Barfield] eliminou rapidamente aquilo que já chamei de “esnobismo cronológico”, a aceitação acrítica do ambiente intelectual comum à nossa época e a suposição de que tudo aquilo que ficou desatualizado é por isso mesmo desprezível. É preciso descobrir por que tal coisa se desatualizou. Será que chegou a ser refutada (e, em caso afirmativo, por quem, onde e até que ponto?), ou meramente morreu, como fazem as modas? Se esta última alternativa é a verdadeira, então nada temos sobre sua veracidade ou falsidade. Ao nos darmos conta disso, passamos à percepção de que nossa própria época é “um período”, e certamente tem, como todos os períodos, suas próprias ilusões características. Estas provavelmente espereitam naquelas suposições largamente aceitas, que, de tão arraigadas na época, ninguém ousa atacar nem sente necessidade de defender (Lewis, 1998, p. 213).

Kurt Gödel (1906-1978), ao debruçar-se sobre os temas da metafísica especial e da teologia racional, queixou-se de uma dificuldade semelhante. Hao Wang (1921-1995), seu principal biógrafo, relatou a situação do seguinte modo:

[...] ele [Gödel] especulou sobre diversos tópicos tradicionais que foram, por uma espécie de consenso não pronunciado, amplamente abandonados na filosofia contemporânea: tópicos tais como a plausibilidade de uma vida após a morte, a existência de Deus, e o projeto de uma metafísica exata – preferencialmente sob a forma de uma monadologia (Wang, 1996, p. 1).

Curiosamente, Jack situa a própria prática argumentativa naquilo que, em sua época, constituía esnobismo cronológico. Ao examinar os métodos adequados para manter a vítima sob o seu domínio, o diabo Fitafuso ensina a seguinte lição para o seu sobrinho e aprendiz Vermebile:

Parece que você vê a argumentação como o melhor método para mantê-lo afastado das garras do Inimigo. Talvez fosse esse o caso se ele tivesse vivido alguns séculos atrás. Naquela época, os humanos sabiam muito bem quando algo era provado logicamente ou não; em caso afirmativo, simplesmente acreditavam. [...] Mas, com a imprensa semanal e outras armas semelhantes, conseguimos alterar tudo isso. O seu paciente sempre foi acostumado, desde criança, a ter uma dezena de filosofias incompatíveis dentro de sua cabeça. Ele não classifica doutrinas basicamente como “verdadeiras” ou “falsas”, e sim como “acadêmicas” ou “práticas”, “antiquadas” ou “contemporâneas”, “convencionais” ou “cruéis” (Lewis, 2005b, p. 1-2).

Finalmente, para exemplificar os efeitos danosos que o esnobismo cronológico pode causar e como ele pode ingressar no processo argumentativo sem ao menos ser notado, Jack faz a seguinte advertência acerca do uso de resultados científicos em questões fora do âmbito científico:

A ciência encontra-se em contínua mudança e devemos tentar manter-nos a par dela. Pela mesma razão, devemos ser muito cautelosos em nos valermos de qualquer teoria científica que, no momento, pareça estar a nosso favor. [...] Se tentamos basear nossa apologética nalgum desenvolvimento recente na ciência, usualmente descobriremos que, assim que dermos os últimos retoques em nosso argumento, a ciência mudou de opinião e calmamente abandonou a teoria que estávamos utilizando como pedra angular. *Timeo Danaos et dona ferentes* [Temo os gregos mesmo quando oferecem presentes – Virgílio. Eneida, Livro II, Linha 49] é um princípio correto (Lewis, 1970a, p. 92).

Esta lição tem a nos ensinar que a lógica sempre tem precedência sobre a psicologia na prática argumentativa.

9. EXISTÊNCIA E AUSÊNCIA DE ARGUMENTOS: EFEITOS

Jack cita, freqüentemente, o teólogo e filósofo inglês Austin Farrer (1904-1968) na defesa da utilização da argumentação para sustentar crenças, mesmo religiosas: “O que ninguém tem a habilidade para defender é rapidamente abandonado.” (*apud* Mitchell, 2005) Também cita Farrer para expor uma assimetria entre a presença e a ausência de argumentos para sustentar crenças: “Porque, embora um argumento não crie convicção, sua ausência destrói a crença.” (*apud* Mitchell, 2005) Um exemplo dessa assimetria, Jack a sentiu na própria pele, como resultado de uma controvérsia ocorrida no Clube Socrático de Oxford na reunião de 02/02/1948 entre ele e G.E.M. Anscombe. Naquela ocasião, Jack apresentou um argumento contra o naturalismo, um argumento em que alegava ser o naturalismo auto-contraditório. Em linhas gerais seu argumento é muito semelhante à demonstração refutativa apresentada por Aristóteles no Livro Quarto, Capítulo Quarto da *Metafísica* contra os opositores do Princípio da Não-Contradição.

O argumento, na sua versão reformulada devido à crítica de Anscombe, foi publicado no terceiro capítulo, intitulado “A principal dificuldade do naturalismo”, do livro “Milagres: um estudo preliminar” (Lewis, 1984), e pode ser resumido do seguinte modo: “A razão é nosso ponto de partida. Não pode haver questão seja de atacá-la ou defendê-la. Se ao tratá-la como um simples fenômeno você se coloca fora dela, não existem então meios de entrar novamente, exceto ao assumirmos uma verdade sem que ela seja provada.” (Lewis, 1984, p. 22) O ponto importante para a temática em questão consiste em determinar a interpretação correta para o fato que, desse momento em diante, Jack diminuiu drasticamente sua produção apologética e praticamente abandonou escritos de teor filosófico. A maioria de seus críticos interpretou sua atitude como uma fraqueza da sua parte, acusando-o de fugir da discussão para não ser humilhado por profissionais da área. Relatos recentes, contudo, sugerem uma outra interpretação, sugerem que Jack, para o bem da doutrina cristã, quis minimizar os estragos causados por Anscombe, sua atitude não tendo nenhuma relação com fraqueza de caráter. O certo é que a filósofa católica Anscombe, no afã de colaborar, teria ajudado a construir o pior cenário possível sob a ótica de Farrer: se um bom argumento não pode criar convicção e a ausência de argumento pode destruir a crença, um argumento ruim pode colaborar para criar convicção em sentido oposto!

Esta lição final deste trabalho sugere: argumente com destemor, mas seja zeloso.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Freqüentemente a argumentação é vista mais como uma arte do que como ciência, mais como o exercício de uma habilidade inata do que como a aplicação de um conhecimento adquirido. Inegavelmente C. S. Lewis possuía esse talento natural para a argumentação, mas também soube unir esse talento natural a uma sólida teorização do processo argumentativo. Por vezes, essa habilidade aperfeiçoada pela teorização permitiu revelar a fragilidade do ponto de vista adversário, mas também a fragilidade do seu próprio ponto de vista. Porém, Jack sabia ser esse o preço que se paga por usar a razão em lugar da força, e sempre esteve disposto a pagá-lo.

REFERÊNCIAS:

FREGE, G. **Carta de 30 de setembro de 1919**. Disponível em: <<http://www.lehman.cuny.edu/deanhum/philosophy/BRSQ/03nov.frege.htm>>. Acesso em: 01 set. 2006.

HART, H. L. A. **O conceito de direito**. 2^a edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

HUME, D. **Tratado da natureza humana**. São Paulo: UNESP: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

KENNY, A. **Faith and reason**. New York: Columbia University, 1983.

LEWIS, C. S. **Perelandra: viagem a Vênus**. Mira-Sintra: Europa-América, s/d.

LEWIS, C. S. Christian apologetics. In: _____. **God in the dock:** essays on theology and ethics. Grand Rapids: W. B. Eerdmans, 1970a, p. 89-103.

LEWIS, C. S. The founding of the Oxford Socratic Club. In: _____. **God in the dock:** essays on theology and ethics. Grand Rapids: W. B. Eerdmans, 1970b, p. 126-128.

LEWIS, C. S. 'Bulverism' or, the foundation of 20th century thought. In: _____. **God in the dock:** essays on theology and ethics. Grand Rapids: W. B. Eerdmans, 1970c, pp. 271-277.

LEWIS, C. S. **Milagres:** um estudo particular. São Paulo: Mundo Cristão, 1984.

LEWIS, C. S. **Surpreendido pela alegria.** São Paulo: Mundo Cristão, 1998.

LEWIS, C. S. **A abolição do homem.** São Paulo: Martins Fontes, 2005a.

LEWIS, C. S. **Cartas de um diabo a seu aprendiz.** São Paulo: Martins Fontes, 2005b.

LEWIS, C. S. **Cristianismo puro e simples.** São Paulo: Martins Fontes, 2005c.

MITCHELL, C. W. **University battles: C. S. Lewis and the Oxford University Socratic Club.** 2005. Disponível em: <<http://www.cslewisinstitute.org/pages/resources/cslewis/universityBattles.php>>. Acesso em: 01 set. 2006.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação:** a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PLATÃO. **A República.** Trad. Carlos Alberto Nunes. 3^a edição. Belém: EDUFPA, 2000.

SCHOPENHAUER, A. **A arte de ter razão.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

WALTON, D. N. **Lógica informal.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.

WANG, H. **A logical journey:** from Gödel to philosophy. Cambridge: The MIT Press, 1996.